

ENSAIOS SOBRE A QUESTÃO URBANA*

*Brasilmar Ferreira Nunes***

Resumo: Mais da metade da população brasileira pode ser considerada urbana, concentrando-se particularmente nas aglomerações metropolitanas. Esse processo de urbanização se intensificou sobretudo a partir dos anos 30 deste século, período que corresponde à afirmação do setor industrial como motor da acumulação do capital no País. A transferência da população do campo para as cidades não constitui somente o resultado de uma decisão individual tomada em função da procura de uma "modernidade" urbana que apresentaria maiores atrativos que um provável "atraso" representado pela vida no campo. Este aspecto é verdadeiro principalmente nas regiões do chamado "Terceiro Mundo" onde o acesso à "modernidade", simbolizada pela cidade, é mais formal que real. Se a urbanização representa a primeira e essencial ruptura de formas "pré-capitalistas" de trabalho, ela significa também a condição necessária à interiorização de sua produção, isto é, o domínio em bases capitalistas da determinação de seu valor. A consolidação da relação social capitalista modifica a exploração sem suprimi-la. É esta transformação que escapa algumas vezes da percepção individual, mas que contém o germe de seu contrário: a urbanização da população, sua transformação em força de trabalho é também o processo de formação e consolidação do proletariado. As diferentes entradas na sociedade urbana, as implicações e conseqüências dessas diferenças iniciais fazem parte da problemática concernente ao fenômeno urbano. Considerando o caso brasileiro, essa entrada depende do caráter da industrialização que condicionou a urbanização do País.

* O presente texto foi apresentado no Seminário "Diferenciais Demográficos Regionais e seus Determinantes", realizado pela Fundação Joaquim Nabuco(FUNDAJ), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e SUDENE, em Recife, fevereiro de 1984.

** Professor do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

OBS.: As reflexões que se seguem deverão compor um estudo sobre a economia urbana do Recife, em fase de elaboração pelo autor e por Virgínea Pontual Brandão.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira hoje pode ser considerada urbana: mais da metade da sua população se concentra nas cidades, particularmente nas aglomerações metropolitanas. Este processo de urbanização se intensificou sobretudo a partir dos anos trinta deste século, período que corresponde à afirmação do setor industrial como motor da acumulação do capital no País.

A palavra “urbano” define na verdade um fenômeno que ultrapassa a simples aglomeração de população em espaços restritos do território. De fato, a transferência da população do campo para as cidades não é somente o resultado de uma decisão individual tomada em função da procura de uma “modernidade” urbana que apresentaria maiores atrativos que um provável “atraso” representado pela vida no campo. Este aspecto é verdade principalmente nas regiões do chamado “Terceiro Mundo” onde o acesso à “modernidade”, simbolizada pela cidade, é mais formal que real. Nestas regiões, a decisão de habitar as cidades implica, para a grande maioria das pessoas, um fenômeno duplo:

- primeiro é a ruptura com sua história, seja individual, seja de classe, é o abandono do “conhecido” pelo “desconhecido”. O “conhecido” corresponderia não somente ao domínio do trabalho através de experiências acumuladas por gerações. Em resumo, é o domínio do ambiente sócio-cultural de vida. O “desconhecido” é a vida urbana, a chegada a um espaço novo que nega, no seu cotidiano, o passado ao mesmo tempo que coloca uma série de obstáculos à entrada na nova ordem dominante. O desempenho aberto ou disfarçado, a proliferação de formas espaciais precárias (favelas, subúrbios-dormitórios, etc.) desprovidas do mínimo necessário à vida na aglomeração. Em síntese, a reprodução enquanto indivíduo e enquanto classe envolvida em um ciclo infernal de luta pela sobrevivência é o que esperam os migrantes e que freqüentemente se perpetua através de gerações.

- Em seguida, e na sua essência, esse fenômeno, essa decisão individual representam mudanças no interior do papel desempenhado pela população no processo produtivo: a mobilidade espacial da população é um indício fundamental de sua transformação em força de trabalho. Se, de um lado, a urbanização representa a primeira e essencial ruptura de formas “pré-capitalistas” de trabalho, ela significa também a condição necessária à interiorização de sua reprodução, isto é, o domínio em bases capitalistas da determinação de seu valor. Esta lógica é a base da urbanização comandada pela acumulação industrial. A consolidação da relação social capitalista modifica a exploração sem suprimi-la. É esta transformação que escapa algumas vezes da percepção individual, mas que contém o germe de seu contrário: a urbanização da população, sua transformação em força de trabalho é também o processo de formação e consolidação do proletariado.

As diferentes entradas na sociedade urbana, as implicações e consequências dessas diferenças iniciais fazem parte da problemática concernente ao fenômeno urbano. No nosso entender e considerando o caso brasileiro, essa entrada depende do caráter da industrialização que condicionou a urbanização do País.

Com base nos elementos acima, elaboramos a presente monografia procurando privilegiar o debate teórico sobre a questão urbana e nesta o lugar que ocupa a mobilidade populacional. Ressaltamos que não se trata de um texto conclusivo; ao contrário, lançamos questões exploratórias, tendo em vista contribuir para o avanço do conhecimento no assunto. Esta postura significa que as críticas no sentido de afinar os temas desenvolvidos serão importantes para nós.

2. QUADRO TEÓRICO GERAL DO ESTUDO DO “URBANO”

Nós podemos dizer que os economistas que se consagram ao estudo do fenômeno urbano, particularmente da cidade, se colocam sobre dois planos:

- a) um que vê a cidade como lugar das “economias externas” e, portanto, implícita ou explicitamente privilegia análises sobre localização;

- b) outro que tira a especificidade do urbano como síntese do processo social, o qual determina sua lógica.

Mesmo se os dois enfoques acima se baseiam em teorias radicalmente opostas, elas não se excluem formalmente. Esta ambigüidade provém da dificuldade de estabelecer claramente o objetivo da “economia urbana” seja na primeira, seja na segunda forma de abordar o fenômeno. Paralelamente, os limites de uma análise feita a partir de fenômenos estritamente econômicos dão lugar a restrições analíticas que não são superadas nem por uma nem por outra das duas correntes.

No geral, e em função de dificuldades de ordem empírica, as análises adotam, sem maiores críticas, uma delimitação do espaço urbano (e logo, rural) a partir de critérios estatísticos e/ou institucionais. Dessa forma, os estudos urbanos se caracterizam sobretudo pelo fato de que eles analisam uma certa realidade, ou um certo fenômeno espacial que apresenta como característica essencial a aglomeração física de população, de atividades produtivas, de decisões, etc. Outros apresentam a cidade a partir de problemas ecológicos, de circulação, sociais, etc. Isto implica que é a “crise urbana” aparente ou real que define a cidade. Nesses casos, a cidade se define pelos problemas que ela apresenta. De qualquer maneira, essas concepções empiristas são ainda bastante utilizadas, o que nos leva a privilegiar aqui algumas referências mais precisas sobre a questão. Sendo vasta a bibliografia, escolhemos aspectos para ilustrar a problemática teórica dessa corrente.

Entretanto, a crítica possível de ser feita pode em maior ou menor escala abranger o conjunto dessa produção teórica, como teremos ocasião de ver.

2.1. A CIDADE COMO FONTE DE ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

O sistema de mercado no capitalismo, onde o poder de decisão sobre a localização de uma fábrica se estabelece ao nível da própria empresa, traz como resultado uma característica de distribuição espacial das atividades econômicas.

Considerando apenas o setor secundário, as decisões sobre a localização apresentam uma racionalidade implícita e/ou explícita: as opções dependem, entre outros fatores, da disponibilidade de matérias-primas, merca-

do, mão-de-obra, serviços, infra-estrutura, acessibilidade, etc. A importância de cada um desses elementos é intimamente ligada ao tipo de indústria e de suas necessidades mais ou menos prioritárias.*

É evidente que outros fatores interferem na localização. Dentre eles o fator político-institucional é talvez o mais expressivo. As políticas fiscais, as facilidades tributárias e os créditos podem influenciar, e efetivamente o fazem, quando uma decisão sobre novos investimentos industriais deva ser tomada.

Paralelamente, a atividade industrial tende a localizar-se no meio urbano, à medida que ela não utiliza a terra como fator de produção.** Nas cidades, os fatores de localização, tais como a existência de serviços, de mão-de-obra, etc. tendem a ser mais abundantes. Além do mais, a localização de uma unidade industrial em determinada cidade não só utilizará as vantagens locacionais existentes, mas também engendrará outras, através de um processo acumulativo de geração das economias de aglomeração. Assim, é possível supor que uma certa concentração de atividades econômicas seja desejável à medida que os empresários e o público em geral sejam os beneficiários das vantagens existentes, as quais funcionam como fonte de outras novas.

De acordo com Richardson, é possível definir três categorias de economias de aglomeração: (15:66)

- a) as economias internas à empresa e ligadas à produtividade;
- b) as economias externas à empresa, mas internas ao setor (economias de localização);
- c) as economias externas ao setor, isto é, a possibilidade de ganhos extras para todas as empresas de todos os setores em função do acréscimo econômico de uma cidade (economias de urbanização).

* Como exemplo, as indústrias onde, na estrutura de custos de produção, o transporte é o mais importante, provavelmente se estabelecerão perto das fontes de matérias-primas ou perto do mercado, segundo a importância (dos insumos ou do produto final) no custo total do transporte.

** À exceção de certos setores onde a matéria-prima utilizada vem diretamente da natureza, como por exemplo, os minerais.

Tais reflexões sobre indústria e a cidade nos permitem deduzir que a estrutura de localização industrial pode modificar o tamanho e a distribuição das cidades, originando uma específica hierarquia urbana. De um lado, ela dinamiza o mercado de consumo através do crescimento das vendas em função da criação de novos empregos. Neste crescimento industrial não somente aumenta a demanda por produtos agrícolas mas também por bens manufaturados de consumo individual. De outro lado, a estrutura de localização industrial direciona os fluxos migratórios, aumentando a oferta de mão-de-obra que funcionaria como fator de atração para o capital. Finalmente e em função do tipo de indústria que se instala, há uma nova impulsão para os estabelecimentos especializados na produção de “inputs” para outras empresas, isto é, bens de consumo produtivos, fortalecendo o processo de crescimento urbano/industrial.

Evidentemente, as indústrias “motrizes” (12) se colocam como as mais próximas do modelo anunciado, à medida que elas se caracterizam como geradoras de efeitos multiplicadores sobre a economia da Região onde exercem influências. Dessa forma, haveria a geração de fluxos em direção ao centro e refluxos do centro em direção ao espaço por elas polarizado.*

As reflexões até aqui apresentadas nos conduzem ao raciocínio segundo o qual as unidades industriais procuram prioritariamente as áreas que oferecem melhores vantagens comparativas, principalmente os centros urbanos. Uma vez começado o processo, essas vantagens tenderiam a uma reprodução ampliada.

Se retomarmos mais uma vez a discussão sobre as economias de aglomeração relativas ao tamanho das cidades, estas seriam de fato o resultado da soma de todas as economias de aglomeração parciais, sejam aquelas decorrentes da existência de instituições públicas, sejam aquelas das empresas, sejam finalmente aquelas dos indivíduos. Aceito isso, ficaria claro que a função das economias de aglomeração seria então a adição de várias microfunções destas três categorias: públicas, individuais e das empresas.

As referências individuais da localização seriam ligadas às facilidades de cultura, de lazer, de ambiente, de qualidade dos serviços (educação, transporte etc.) além das oportunidades de emprego e de melhores rendimentos “per capita”.

* “Centro” entendido aqui como o lugar físico onde a indústria “motriz” se instala.

No que se refere às empresas, as economias de aglomeração seriam função do tamanho ou da posição da cidade na hierarquia urbana, pressupondo-se a disponibilidade de mão-de-obra, de capital, de serviços de apoio e de empresas complementares, concentradas espacialmente. Do lado dos serviços, as economias de aglomeração seriam função sobretudo da eficácia e das possibilidades de criar economias de escala na utilização desses serviços.

Esta “demarche” apresenta também seu oposto. Dito de outra forma, os centros urbanos seriam também sujeitos às deseconomias que influenciariam também as decisões locacionais. Fenômenos tais como poluição, criminalidade, ineficiência dos serviços públicos, etc. são fontes de reações que interferem na escolha de determinada cidade. Isso seria verdade se visto do lado dos empresários ou do lado da população. Neste sentido, poderia ocorrer um retrocesso nas vantagens existentes, desviando o fluxo de investimentos. De qualquer forma, a proximidade de um mercado importante é vista como um dos principais fatores de atração para as empresas.

O espaço urbano considerado isoladamente é também diferenciado, não-homogêneo. Além do mais, a localização industrial varia segundo o tipo e o tamanho da indústria. Em considerando tais aspectos, certas empresas — sobretudo as mais importantes — teriam maiores facilidades de se instalarem nas periferias urbanas. As pequenas e médias empresas, às quais o acesso direto ao mercado é essencial, se localizam preferencialmente nos centros B. Chinitz formula a hipótese segundo a qual uma indústria pesada e com estrutura oligopolista (como o aço por exemplo) favorece menos a aparição de economias de aglomeração que um conjunto industrial mais diversificado e com estrutura atomizada. Uma indústria oligopolista exige poucos empresários além de frear a implantação de novas empresas no setor. (4) À medida que na análise a cidade é considerada como fonte de economias de aglomeração, nota-se a aplicação de uma racionalidade única a todos os tipos de empresas. Esta “demarche” não permite caracterizar o tipo de relação econômica que cada empresa ou setor apresentam em relação ao espaço.*

Até o momento, fizemos referência às economias de aglomeração quando se tratava apenas de uma cidade e do seu tamanho. Entretanto, a teoria neoclássica sobre o aumento se ocupa também da região no contexto nacional e o sistema de cidades. Neste nível, as economias de aglomeração

* Assim: “não é a cidade que é introduzida na análise econômica como objeto específico, mas é o econômico que introduz na cidade, como ele se introduz em todos os lugares . . .” Cf. DACOSTER (5 : 100)

são de responsabilidade não apenas do papel individual de cada cidade mas, sobretudo, do papel que insere a região no contexto econômico nacional. Critérios tais como o grau de concentração de instituições nas principais cidades, a posição da cidade mais importante da região no contexto da hierarquia nacional de cidades, os canais de comunicação inter e intra-regionais são então considerados. Esta categoria de economias de aglomeração se liga à capacidade de uma região — ou de seu sistema de cidades — de gerar inovações tecnológicas e igualmente a sua capacidade de absorção e disseminação. Assim, e na medida que uma certa região apresenta uma rede urbana estruturada e com maiores vantagens de localização, existiria potencialmente uma tendência a novos investimentos. A nível regional se repete, portanto, a mesma dinâmica considerada para uma cidade vista isoladamente.

2.2. OS LIMITES DO CRESCIMENTO URBANO

Nessa abordagem analítica sobre a cidade está sempre presente a questão da eficiência de recursos disponíveis para investimento. Assim, nessa forma de abordar o macroeconômico, a ação do Estado, através de suas práticas de formulação e de implantação de políticas urbanas, é comumente vista como crucial. Em suas decisões para formular e implantar suas ações, o elemento fundamental para o Estado seria a utilização dos recursos disponíveis. Ocorrendo insuficiência de recursos, a decisão mais racional seria aquela que permitisse um retorno mais rápido dos investimentos efetuados.

Segundo os elementos expostos até o momento, é claro que as “economias” que existem nos centros urbanos são diretamente proporcionais ao seu tamanho. A partir daí, a conclusão evidente é que uma certa concentração de atividades econômicas é desejável, e logo a concentração de população também o seria, na medida que haveria vantagens para uns e para outros. Weber, na sua teoria de localização, mostra que existirão sempre tendências à concentração industrial à medida que permita economias de custos com uma distribuição uniforme de matérias-primas, força de trabalho etc. (14: 54-69). Uma vez começado o processo de concentração industrial, este adquire uma dinâmica autônoma até o ponto onde se iniciariam as deseconomias. Fica implícito então que existe um limite na concentração, traduzido pelo que se conhece como “tamanho ótimo da cidade”.

W. Alonso desenvolve um modelo teórico onde considera a cidade como uma unidade produtiva, utilizando instrumentos analíticos similares à teoria da firma. Vista do ângulo de custos e benefícios sociais, e considerando a população total, o referido autor conclui que uma aglomeração é viável quando os custos marginais se igualem à receita marginal. (1)

Em nosso entender, um dos principais problemas que se colocam a modelos parecidos é a característica de servirem para análise de curto prazo. A curto prazo, a produção aumenta ou diminui à medida que varia a proporção de utilização dos fatores de produção. Segundo a teoria econômica os efeitos na produção, a partir de uma variação na utilização de um fator, e mantidos os outros fatores invariáveis, são determinados pela lei dos rendimentos decrescentes. Esta lei explica que, quanto mais utilizarmos um fator variável a uma quantidade dada de um fator fixo (por exemplo: a tecnologia, menos considerável será a quantidade acrescida por cada unidade adicional do fator variável ao fluxo total da produção. Nestes termos, não existiria teoria de custos a longo prazo (isto é, um período suficientemente longo que permita variações em todos os fatores de produção, inclusive a tecnologia) no sentido em que inexiste um corpo de hipóteses que possa predizer algo sobre o mundo real. O que existe é um conjunto de definições e uma série de características que poderão ser úteis em certas situações.* Dito de outra maneira, o conceito de “tamanho ótimo das cidades”, apesar de seu caráter geral, apresenta uma validade limitada ao curto prazo: seja o contexto sócio-econômico no qual uma cidade se insere influi na determinação deste ótimo, seja a impossibilidade de se medirem os benefícios e as vantagens sociais. Assim, fica evidente o caráter estático do conceito do tamanho ótimo. Em termos dinâmicos, vários fatores devem ser considerados e o tipo de “demarche” que o modelo apresenta não permite a sua assimilação.** O que é possível constatar na prática de construção de modelos deste gênero é que, a cada novo problema não considerado nos modelos anteriores, a solução se encontra na adição de equações suplementares, simples problemas de técnica de informação e de coleta de dados, como lembra Ph. Aydalot. Além do mais, as necessidades de formalização podem conduzir a empobrecer as relações complexas, ou mesmo caricaturar a teoria tomada como base.***

* Todas as situações de custos a longo prazo podem-se dividir em três grupos:

- a) custos a longo prazo crescentes (à medida que a produção aumenta, o custo unitário aumenta também);
- b) custos a longo prazo constantes (a produção aumenta sem modificação nos custos unitários);
- c) custos a longo prazo decrescentes (se a produção aumenta, os custos unitários diminuem).

Isto não constitui uma teoria, mas três características que englobam todas as possibilidades, à medida que os três casos (o custo aumenta, diminui ou resta constante) esgotam todas as situações imagináveis. Cf. LISEY (9: 197)

** Para uma crítica deste enfoque, ver TOLOSA (17) e DACOSTER (5: 108-147).

*** “A arte de construir modelos é, antes de tudo, a arte de simplificar problemas complicados”. AYDALOT (2: 231)

As análises acima evidenciam que o critério de eficiência econômica das cidades atravessa todas as reflexões sobre o tema. Segundo esta linha de pensamento, a cidade é vista como uma empresa gigante e as análises que são feitas levam em conta critérios estritamente econômicos. A ênfase incide sempre em considerações de custos e lucros mesmo em alguns autores que desenvolvem trabalhos centrados em critérios de custos/benefícios, tentando demonstrar os aspectos positivos da concentração.*

De qualquer maneira, mesmo supondo verdadeiras as considerações anteriores, a concentração espacial urbana, seja de atividades seja de população que se observa nos países "subdesenvolvidos", é remarcável. A constatação deste fenômeno, tanto em nível espacial quanto em nível da própria distribuição dos benefícios, condicionou o desenvolvimento de estudos visando a inversão dessa tendência. Entre as diversas opções propostas, a teoria de pólos de crescimento de F. Perroux e discípulos se apresenta como uma alternativa baseada na idéia da "desconcentração-concentrada". Esta teoria, que aparece como uma tentativa de resposta aos problemas colocados pelos desequilíbrios setoriais/espaciais, visa, nas regiões "subdesenvolvidas", a integração de regiões fronteiras do espaço econômico nacional. Reflete, de fato, uma estratégia de crescimento desequilibrado: de um lado, concentra investimentos em certos pontos do espaço e, de outro, dá prioridade às indústrias motrizes e aos complexos industriais. Hirschman, por exemplo, propõe uma política de desenvolvimento controlado segundo o qual, e num primeiro tempo, os investimentos públicos serão concentrados em cidades de crescimento espontâneo e, mais tarde, deveriam ser canalizados para os centros regionais da periferia econômica. Friedman, de maneira quase idêntica, propõe um critério segundo o qual os investimentos deverão obedecer a uma classificação de ordem decrescente dos pólos urbanos.**

O oposto de uma política concentracionista seria a de desconcentração espacial dos investimentos. O argumento de base seria que a distribuição dos benefícios é inerente ao próprio desenvolvimento e, logo, não haveria nenhum custo a pagar por um menor crescimento, à medida que a diminui-

* Segundo Alonso, "parafraseando Keynes, o objetivo dos negócios não é a economia mas os lucros. Isto significa que, mesmo se os custos aumentam a partir de um certo ponto, onde a produtividade aumenta mais rapidamente (em função de economias externas ou de economias de escala), as grandes cidades renderão mais por habitante que as pequenas. Dessa forma, mesmo em condições onde os custos marginais são crescentes, o produto marginal "per capita" pode ser, não somente positivo, mas também crescente". Cf. ALONSO (1)

** Para uma crítica desta análise ver TOLOSA (17).

ção dos desequilíbrios regionais fosse uma necessidade do processo de desenvolvimento. Esta postura vai ao encontro da precedente, porquanto pressupõe uma socialização dos custos e uma concentração dos benefícios, sempre favorável aos grupos ligados aos complexos industriais. Assim, as economias externas de aglomeração são utilizadas pelo setor privado urbano, enquanto os custos ficariam a cargo do Estado e da sociedade.

Esta oposição entre concentração e desconcentração está na base do desenvolvimento de análises que vêem na cidade a síntese, ou melhor, a manifestação no espaço, do processo social. Não que estas análises conduzam à proposição tecnicista sobre a forma de agir para superar as contradições que se manifestam no urbano. É somente porque uma escolha entre os dois modelos apresenta sentido somente no campo político. Neste sentido, a tentativa de compreender a cidade como um fenômeno sócio-econômico e, a partir daí, tentar ver as especificidades de suas contradições, conduzirá às reflexões a seguir. Apresentaremos, de início, alguns elementos do debate sobre a mobilidade da força de trabalho para, em seguida, apresentarmos as reflexões concernentes à cidade como síntese de um processo social específico. Isso porque a variável populacional surge na maioria dos escritos sobre a questão como aquela de forte poder explicativo sobre o fenômeno urbano, ocupando, portanto, lugar de destaque.

3. ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

O termo "mobilidade" é geralmente utilizado para descrever os deslocamentos de pessoas entre esferas diferentes do espaço. Se bem que sua aplicação se refira freqüentemente ao espaço físico ou geográfico, outras utilizações em espaços mais abstratos existem igualmente. Por exemplo, aqueles delimitados pelos setores de atividades, pelas profissões e mesmo os deslocamentos diários entre trabalho e residência. Nota-se, também, com certa freqüência, a utilização das palavras "mobilidade" e "migração" como sinônimas, o que pode ser indicações de uma elaboração indutiva do conceito. Dessa maneira, como sublinha Gaudemar, "estabelecendo através das estatísticas e das diferentes observações da vida econômica apenas os movimentos dos homens, são estes movimentos por si só que designam o conceito de mobilidade. Aqui, a existência de uma pluralidade de significações concretas indica simplesmente a pluralidade de deslocamentos dos homens no curso da atividade econômica". (6: 39)

Essa generalização da palavra “mobilidade” tem suas raízes, de um lado, no lugar que ocupa o trabalho na teoria clássica, e, de outro, no tratamento “secundário” como o conceito tem sido tratado no debate marxista.

Gaudemar lembra que o conceito — ou melhor — as bases de existência do conceito de mobilidade do trabalho na teoria neoclássica são originárias de Wilson em sua obra “*Abrégé des Element's d'Économie Politique Pure*”. Assim, os modelos estatísticos que estudam a mobilidade do trabalho contêm, em sua essência, a hipótese “a priori” estabelecida do papel de ajustamento que representam os deslocamentos do trabalho: a partir de um desequilíbrio dado (regional setorial, etc.) os trabalhos procuram os lugares ou setores onde as condições econômicas existentes respondem a suas aspirações. Neste contexto, o trabalho é considerado como uma variável homogênea e sua perfeita mobilidade é apenas um aspecto do modelo de equilíbrio geral.* O que está implícito em tais abordagens é sobretudo o princípio da livre concorrência entre as ofertas e as demandas de emprego. Existem aqui duas conseqüências de base que constituem a ossatura filosófica da economia clássica: primeiro, a racionalidade individual dos agentes econômicos e, em seguida, a liberdade de trabalho como a liberdade dos trabalhadores de se venderem ou de venderem seus serviços. É nesta base que se constituiu toda a teoria neoclássica das migrações e do capital humano onde os movimentos de mão-de-obra são determinados especialmente por diferenças em nível de salários.**

Observamos então que as análises sobre as migrações têm como premissa o fato de que a mobilidade do trabalho é considerada seja como fluxo de capital humano, seja como fluxo de trabalho como fator de produção. Este movimento se apresenta sempre dentro de um quadro onde a oferta e a demanda de emprego conduzem a um equilíbrio, através do mercado.

* “O comportamento da mobilidade é um campo privilegiado para a demonstração da racionalidade individual dos agentes econômicos. Que as formas de mobilidade estudadas sejam as migrações setoriais, geográficas, etc. isto não têm importância, a não ser como deslocamentos individuais que ilustram a racionalidade de um indivíduo isolado capaz de aumentar seus ganhos ao máximo e de minimizar seus custos”. Cf. PERROUX (13: 161)

** Como exemplo oposto a esta corrente, é interessante ver que, segundo Wilson Cano, não foi a diferença de salários entre o Nordeste e o Sudeste Brasileiro que explicaria os fluxos migratórios da primeira região para a segunda no início do século. Haveria outras razões para este fenômeno, principalmente porque, segundo o autor, nessa época, os salários urbanos no Nordeste eram mais elevados que no Sudeste. Ver este respeito CANO, W. (3: 216)

Do lado microeconômico, os instrumentos de análise são idênticos aos da teoria neoclássica do investimento, onde as migrações são assimiladas a um investimento em capital humano. É um fenômeno individual onde o migrante decide sobre os ganhos e os custos do deslocamento em função de um lucro pessoal a maximizar. Do lado macroeconômico, ocorre uma mudança no nível da escala do fenômeno. Dito de outra forma, a migração é vista como uma transferência global de capital e não mais como rentabilidade de um capital individual. Essa abordagem permitiria compreender, por exemplo, a passagem da mão-de-obra de um setor a outro, sempre segundo o princípio de que esta mão-de-obra corresponde a “capital humano”. Dessa forma, esse princípio pode ser aplicado ao deslocamento de homens de uma região, de um país, ou de um setor a outro. Finalmente, dado que a regularização dos fluxos migratórios se efetua segundo uma racionalidade daqueles que se deslocam, a partir de uma oferta e uma demanda, os limites desse movimento serão estabelecidos por um consenso individual e de mercado.*

Entre os marxistas, a problemática da mobilidade de trabalho se coloca de maneira diferente. Para melhor compreendê-la, é necessário partir do conceito econômico de trabalho e de seu papel na produção, utilizada nos escritos de Marx. Nestes, o que está em questão não é o trabalho enquanto tal, mas a força de trabalho que seria o conceito que permitiria, de um lado, ver nas atividades produtivas capitalistas a fonte de uma mais valia e, de outro, o trabalho em produção como o consumo de mercadoria que implica a criação de valor. A força de trabalho é então definida como mercadoria que um homem possui ou ainda “o conjunto de faculdades físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade, e que ele deve colocar em movimento para produzir coisas úteis”. Marx (11, t. I: 170)**

Mesmo se o conceito força de trabalho surge como fundamental na teoria marxista, provavelmente em razão disso ele é também o centro de um forte debate. Podemos destacar dois aspectos que nos parecem essenciais: a “liberdade” do trabalhador no modo de produção capitalista e sua “exterioridade” em relação ao capital.

* Não iremos discutir aqui cada um dos principais teóricos da escola clássica e neoclássica. Para uma abordagem crítica desses trabalhos, ver o estudo de GAUDEMAR (6, cap. I, II)

** “O conceito de força de trabalho intervém na teoria marxista em dois momentos que convém sublinhar: de um lado quando se trata de dar conta da especificidade do modo de extorsão do sobre-trabalho em um sistema social caracterizado pela generalização de relações mercantis, de outro quando se trata de fundamentar a teoria do valor em um tal sistema”. Cf. LAUTIER & TORTAJADA (7: 265)

No que se refere à liberdade, podemos dizer que há uma dupla determinação: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao trabalhador, mas ele é obrigado a vendê-la para sobreviver. É nesta dualidade contraditória que envolve a produção capitalista. De toda maneira, esta “liberdade” apresenta a seguinte característica: o trabalhador pode escolher seu trabalho para se submeter ao capital, para se realizar enquanto mercadoria especial de criação de valor. Essa mobilidade da força de trabalho é assim introduzida em primeiro lugar como a condição de exercício de sua “liberdade”. “A mobilidade da força de trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital, e portanto ao modo de produção capitalista; ela está na base da condição de exercício da força de trabalho como mercadoria”.*

Quando a força de trabalho vai ao mercado para ser consumida, tem um preço determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução. Para o capitalista, o valor de troca da força de trabalho é o que ele paga para que ela se reproduza como mercadoria. Assim, o conceito de trabalho indica como, pela compra da força de trabalho e não do trabalho e do trabalhador, se reproduz a base mercantil do capitalismo. Esta possibilidade de a força de trabalho se reproduzir sobre o mercado como mercadoria “livre” de se deslocar é uma particularidade também específica da força de trabalho.

Esta particularidade repousa numa outra, que é a exterioridade da força de trabalho em relação ao capital. Aqui, será importante sublinhar certas reflexões de Lautier e Tortajada sobre esta questão essencial. “De fato, se a força de trabalho fosse interior ao modo de produção capitalista, ela apareceria estritamente semelhante, tanto nas condições de sua utilização como em suas condições de produção (e de reprodução) às outras mercadorias. De uma sociedade caracterizada por trabalho livre, inscritos nas relações mercantis, passaríamos então a uma sociedade de tipo particular: capitalismo escravagista . . . É necessário precisar que a força de trabalho não é, anteriormente à sua entrada na circulação, um valor que procura realizar-se . . . É porque a força de trabalho é antes da circulação não-valor, que ela cria valor. Sendo não-valor, a força de trabalho é exterior ao capital. (7: 272)

* “Há ainda uma outra diferença entre a força de trabalho e o capitalista: a reprodução do trabalhador se caracteriza pela sua entrada (relação salarial e trabalho capitalista) e sua saída (reprodução do trabalhador) da esfera das relações mercantis; ao capitalista resta todo o tempo emergido nestas relações. Assim, sua liberdade faz parte inerente do trabalhador enquanto força de trabalho. Cf. LAUTIER & TORTAJADA (7: 270)

Seria de se perguntar então se a mobilidade do trabalho não é condicionada simultaneamente por sua característica “livre” e igualmente por sua exterioridade em relação ao capital. São estas duas características que irão permitir à força de trabalho de ir ao mercado para se realizar enquanto tal. A mobilidade do trabalho significaria certamente uma “liberdade” dos homens, mas significa sobretudo sua emancipação dos modos de produção anteriores: é então a utilização da força de trabalho como mercadoria que lhe confere esta característica móvel.

Ainda de acordo com Gaudemar, é possível, a partir dos escritos de Marx, evidenciar duas manifestações no tempo e no espaço da mobilidade do trabalho:

- 1) Uma concepção da mobilidade ligada ao processo de produção da mais-valia, que se apresenta seja como aquela da extensão máxima da jornada de trabalho, seja como a necessidade que se impõe ao operário de se adaptar a uma modificação periódica determinada pelo seu tempo de trabalho na jornada de trabalho. A mobilidade da força de trabalho aparece assim como sua capacidade não somente de ser utilizada o tempo máximo, e ao mesmo tempo, em que qualquer momento da jornada, segundo as exigências do capital investido, qualquer que seja seu ritmo individual ou familiar de vida. (22: 143)
- 2) A partir dos efeitos que as formas temporais da mobilidade do trabalho provocam sobre a capacidade física do operário, isto provoca a mobilidade espacial. O êxodo rural cumpre, entre outras, a função clara de compensar a obsolescência da mão-de-obra.

Com base nos elementos apresentados, é possível reconsiderar algumas reflexões complementares.

Primeiramente seria necessário assinalar que a manufatura implica uma especialização de territórios que dão um contorno específico da divisão social do trabalho. É então deste processo que começa a se modelar a implantação capitalista das forças humanas nos dois níveis presentes acima: temporal e espacial. O capital encontra então à sua frente o trabalho, de que ele tem necessidade, de maneira bastante favorável: é o trabalhador que se en-

carrega, ele mesmo, dos custos de seu próprio deslocamento.* Dessa maneira, certos trabalhos como os meios de transporte, a rede de comunicações etc. facilitam os movimentos migratórios, funcionando como verdadeiros meios de produção da força de trabalho. São investimentos assim que permitem simultaneamente liberar o espaço da atividade industrial de sua limitação maior, isto é, a disponibilidade de força de trabalho, repassando para o setor público a grande parte dos custos migratórios.

Encontramos em Lenin uma concepção bastante precisa sobre a questão, quando sustenta que há uma estreita relação entre a divisão do trabalho em geral e a divisão territorial do trabalho.** Através de um estudo sobre a localização da indústria na Rússia, o autor analisa seus efeitos sobre o movimento dos trabalhadores, concluindo sobre a estreita ligação entre o espaço capitalista com suas polarizações específicas. Assim, ainda de acordo com Lenin, a mobilidade espacial do trabalho como elemento constitutivo do modo de produção capitalista é simultaneamente: processo especializado de constituição de relações de produção capitalista; processo especializado de constituição da força de trabalho pelo êxodo rural em direção aos centros industriais ou a transformação do trabalhador agrícola em operário agrícola e, finalmente, processo especializado de constituição de outras classes completando a configuração capitalista.

É, portanto, possível estabelecer o papel central dado à mobilidade nas reflexões de Lenin e sua nova importância em relação às antigas relações de produção.***

Finalmente, poderíamos resumir da seguinte maneira os elementos marxistas sobre a mobilidade da força de trabalho:

- entendida no sentido marxista, a mobilidade do trabalho corresponde à produção da força de trabalho, isto é, a transformação do trabalhador independente em proletário;

* "...o discurso próprio do deslocamento de mercadorias se transfere à força de trabalho, com a diferença que o trabalhador se desloca sozinho" — Cf. GAUDEMAR (6:210)

** Lenin estuda a repartição territorial da grande indústria na Rússia, distinguindo essencialmente três tipos principais de centros de fábricas: as cidades (sobretudo as maiores), os centros industriais e os centros de artesãos. Ver LENIN (8:590)

*** "...no lugar do isolamento e da vida sedentária de antigamente, é a mobilidade da população que se torna a condição necessária à vida econômica". Ver LENIN (8:597)

- a força de trabalho é, por definição, móvel; neste sentido, sua mobilidade significa que ela é capaz de se transformar nesta mercadoria necessária à valorização do capital.

Os elementos acima evidenciam o caráter historicamente determinado da mobilidade da força de trabalho em Marx, nos quadros de um processo duplo: de um lado, a destruição de estruturas pré-capitalistas e de seus limites que implica a transformação do trabalho em força de trabalho “livre”; de outro, esta liberdade se transforma em sua negação frente ao capital, através da sua sujeição ao mesmo, a partir de sua entrada no mercado de trabalho.

A mobilidade da força de trabalho como fenômeno social atinge sobretudo as regiões que atravessam mudanças profundas em suas estruturas econômicas, seja a partir de uma demanda crescente da força de trabalho pela indústria e pelo setor terciário urbano, seja em função de secularização de relações de produção na agricultura ou de sua modernização tecnológica onde a força de trabalho se vê obrigada a adaptar-se ao processo geral da economia.

Se no “Terceiro Mundo” o processo é mais evidente e assume as proporções conhecidas, queremos crer que as suas causas devem ser procuradas no processo de expansão do capital industrial em um espaço diferenciado, onde o específico é a familiaridade de diferentes formas de submissão do trabalho ao capital. A penetração de relações mercantis provoca rupturas em outras formas econômicas existentes, liberalizando parcelas da força de trabalho necessárias à reprodução do capital.

Dessa maneira, o fenômeno reflete o processo da divisão social do trabalho em um contexto contraditório entre campo e cidade e traduz a transformação do trabalho em mercadoria, obrigando-o a uma mobilidade à procura de sua realização. As características desse movimento devem ser procuradas nos mecanismos que conduzem na direção de uma uniformização do espaço capitalista.

No caso brasileiro, e sobretudo a partir da consolidação do setor industrial na economia nacional, a integração entre as diferentes regiões é feita principalmente a começar da mobilidade da força de trabalho. Chega-se a uma espécie de especialização regional onde certas zonas são sobretudo fontes de força de trabalho em relação a outras onde o emprego existente se diversifica e se amplia. Paralelamente, assistimos à repetição do mesmo fenômeno em nível interno de cada região, “vis-à-vis” das zonas metropolitanas, centros econômicos urbanos por excelência.

As reflexões acima colocam na verdade uma série de questões de fundo que são básicas para analisar o processo de urbanização nos países “subdesenvolvidos”. De um lado, é necessário explicar o processo de divisão social do trabalho em cada formação social considerada isoladamente e na sua relação com outras formações do sistema, particularmente os países “desenvolvidos”. De outro, é necessário explicar a natureza dessa heterogeneidade estrutural das economias “subdesenvolvidas” e a sua importante terciarização. De fato, estamos diante de um processo mundial de produção de valor, o que implica a introdução de relações mercantis em uma escala superior ao território da formação social que comanda o processo. Para esclarecimento, seria interessante lembrar que não queremos analisar o fenômeno de crescimento urbano de forma a dar à cidade um caráter de sujeito histórico. Esta deve ser vista de forma estrutural, isto é, a partir daquilo que transforma este modo de ocupação do solo em especificidade do processo de produção e reprodução do capital. O processo migratório nestes termos é, na essência, reflexo da dinâmica capitalista, onde uma das especificidades essenciais é exatamente a mobilidade da força de trabalho.

4. À GUISA DE CONCLUSÃO: A CIDADE COMO SÍNTESE DE UM PROCESSO SOCIAL ESPECÍFICO

A partir das considerações anteriores, partimos aqui do princípio de que a lógica econômica do sistema é responsável pela manifestação de certas estruturas de ocupação do espaço as quais permitem certas modalidades de vida social.* Assim, se bem que a cidade mantenha ao longo da história diferentes funções sociais e políticas é na afirmação do modo capitalista de produção que ela redefine seu papel, tornando-se o espaço por excelência da produção. Esta transformação estrutural do espaço urbano caracterizaria a cidade capitalista, diferente, portanto, da cidade feudal que era, principalmente, um centro de comércio e administração. Em oposição a uma dispersão espacial da produção existente anteriormente, a unidade produtiva manufatureira implica uma concentração espacial dos meios de trabalho e do próprio trabalho. A partir daí, todo o desenvolvimento das cidades é aquele da divisão do trabalho.**

* São sobretudo os autores “marxistas” que utilizam esta “demarche”, sem que exista entretanto uma completa uniformidade entre os teóricos que se reclamam como tais na análise do fenômeno urbano.

** Toda divisão do trabalho que se dá através da troca de mercadorias tem por base fundamental a separação da cidade e do campo. Podemos dizer que a história econômica da sociedade se passa no movimento desta antítese. Cf. MARX (11, t. 2:49)

Esta tendência histórica de unificação de diferentes etapas de produção em uma única unidade produtiva — possível a partir de uma mais complexa divisão do trabalho — aporta uma série de elementos que se compatibilizam e se opõem e sobre as quais seria interessante algumas reflexões.

As atividades produtivas criam, na medida em que se tornam necessárias, inúmeras atividades paralelas e complementares, as quais compõem no conjunto a própria estrutura produtiva em geral. É o processo mesmo de consolidação do modo de produção capitalista e, logo, de sua dinâmica interna de socialização do processo produtivo. Esta crescente socialização da produção, paralelamente à tendência à concentração espacial dos meios de trabalho, faz com que a cidade se torne o “lugar” por excelência da produção capitalista e, logo, do capital.

Dessa maneira, há um processo geral de divisão de trabalho, ou melhor, de contradição histórica cidade/campo; ao mesmo tempo, o espaço urbano se apresenta como produto da acumulação de capital, colocando-se como um meio necessário à realização de objetivos econômicos, onde as normas fazem da produção de mercadorias o fim último da atividade social.

Entretanto, o tema merece maiores aprofundamentos. Com efeito, o que explica a aparente autonomia dos fenômenos urbanos é o fato de que eles pertencem à divisão de trabalho na sociedade e não à divisão de trabalho na unidade de produção. A base fundamental da divisão social do trabalho, isto é, a separação cidade/campo, pertence às formações econômicas de sociedades as mais diversas enquanto a manufatura é específica do capitalismo. Sendo assim, podemos dizer que existe uma diferença contraditória entre divisão técnica e divisão social do trabalho e que o nascimento da cidade industrial/capitalista evidencia esta diferenciação e suas contradições. Não se trata de um simples fato demográfico (a aglomeração de população sobre um território restrito) mas urbano.* Mesmo se a divisão social do trabalho é anterior e comum a todos os modos de produção, a divisão técnica como fenômeno inerente a um tipo de produção é uma característica e uma necessidade da maneira de produção capitalista. Se aparentemente a divisão de trabalho cria uma complementaridade entre as diferentes atividades, substituindo uma so-

* Em nível teórico conceitual nós podemos dizer que o urbano está para a cidade como o valor está para o preço das mercadorias. Colocados em níveis de abstração diferenciados pode-se compreender melhor o fenômeno urbano como algo inerente ao Modo Capitalista de Produção e só a ele. Para as diferenças entre valor e preço a bibliografia clássica é MARX (11, 1)

cidade simples por uma mais complexa, mais orgânica, o resultado é que as atividades divididas se confundem em uma relação desigual e conflitual.*

Assim, a unidade social onde o trabalho é perfeitamente complementar e racional se dá na empresa em que há uma perfeita divisão técnica do trabalho. É aí que os instrumentos de trabalho comandam e ditam a ordem de interdependência. Entretanto, é a forma jurídica de propriedade dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho que, em última instância, determinará a divisão social do trabalho, à medida que separa as funções de comando das funções produtivas. Assim, e no nível da divisão técnica do trabalho, temos a unidade, a complementaridade, enquanto que a divisão social do trabalho estabelece a possibilidade de conflito entre os indivíduos, os grupos e as classes. Dito de outra maneira, “se a cooperação é um planejamento dentro da empresa capitalista, ela é anarquia no nível do conjunto da formação social capitalista, lugar fechado da concorrência entre produtores mercantis independentes”. (10: 143)** Além do mais, é na ligação dialética entre divisão técnica e divisão social do trabalho — na qual a cidade se torna o “lugar” da produção — que se coloca a essência do modo de produção capitalista do qual é impossível com a concorrência se acabar com o processo da acumulação do capital.

O campo é também o lugar dos proprietários dos meios de produção, mas não é o lugar por excelência das relações sociais capitalistas. Só mais tarde, com a evolução do capitalismo, é que o próprio capital transforma as relações de produção no campo. É neste sentido que se deve compreender a manufatura como a primeira ruptura do sistema cooperativo inerente às cidades medievais. Segundo Marx e Engels, a manufatura nasce da relação cidade/campo e não de cada um desses termos considerado isoladamente. É neste movimento que a cidade medieval sofre uma ruptura e se transforma. Marx desenvolve a idéia segundo a qual a divisão manufatureira do trabalho só consegue se afirmar lá onde a divisão social já atingiu um certo grau de desenvolvimento, divisão esta que, em consequência, aumenta e se multiplica. (11, cap. 15) A análise da cooperação capitalista assim exposta conduz necessariamente à oposição entre a necessidade técnica da socialização e a

* “Enquanto na manufatura a lei de ferro da proporcionalidade submete um número determinado de operários a funções determinadas, o azar e o arbitrário jogam o jogo desregulado na distribuição dos produtores e de seus meios de produção entre os diversos setores do trabalho social. Cf. MARX (11, liv. 50, cap. 14)

** A concepção sobre a concorrência entre produtores mercantis independentes é uma das bases da teoria da acumulação de capital onde esta dinâmica concorrencial representa um papel essencial. Cf. ROSDOWSKI (16)

necessidade social da concorrência; é, portanto, a unidade contraditória dessas duas lógicas, dessas duas necessidades (tecnológica e social) que define a cidade capitalista. (10, cap. 2)

As reflexões acima nos permitem afirmar que o ordenamento do espaço reflete o resultado de mudanças sociais, não sendo o resultado de uma situação social estável. A constituição das cidades, vista como um processo dinâmico, é também a constituição de uma estrutura social produzida pela evolução de relações de produção, a qual exige e produz uma nova estrutura espacial, ela mesma produtora de novas relações sociais. A urbanização aparece então como um processo eminentemente dinâmico através do qual as relações e os comportamentos sociais mudam de forma numa estrutura urbana. Este movimento começa pela oposição cidade/campo e se perpetua na produção capitalista de espaços urbanos, à medida que certas frações da classe dominante se interessam diretamente na apropriação e na reprodução de formas espaciais. A cidade não se forma por simples projeção de estruturas econômicas e sociais sobre o espaço físico; constitui, isso sim, uma estrutura complexa de relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 – ALONSO, W. **The Economics of Urban Size**. Berkeley, University of California, 1970. (Working paper, 138).
- 02 – AYDALOT. **Notes sur l'expérience recent de modeles urbains**. TEM/Espace, Paris, Cujas (11) : 231.
- 03 – CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. s.l., s. ed., 1975 (Tese UNICAMP).
- 04 – CHINITZ, B. Contrasts in agglomeration: New York and Pittsburg. **American Economic Review**, maio 1966.
- 05 – DACOSTER, E. Études de quelques travaux d'économie urbaine. **TEM/Espace**, Paris, Cujas, (11), 1976.
- 06 – GAUDEMAR, J. P. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. s.l., Maspero, 1976 (série Économie et socialisme).
- 07 – LAUTIER, B. & TORTAJADA, R. **La force du travail comme marchandise special in sur l'état**. Bruxelas, 1977. (Colloque de Nice, set. 1976).
- 08 – LENIN. **Le Développement du capitalisme en Russie**. s.l., Sociales, s.d.
- 09 – LISEY, R. G. **Introdución a la economia positiva**. Barcelona, Vicens Vives, 1976.
- 10 – LOJKINE, Jean. **Le Marxisme, l'État et la question urbaine**. s.l., PUF, 1977, p. 143.
- 11 – MARX, K. **Le Capital**. S.l., Sociales, s.d. t. 1, p. 170.

- 12 – PERROUX, François. **L'économie du XXe. siècle.** 2. ed. Paris, PUF, 1964.
- 13 – ————. **L'Économie du dixième siècle.** S.l., PUF, 1969, p. 161.
- 14 – RICHARDSON, H. W. **Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.** São Paulo, Zahar, 1975.
- 15 – ————. **Elementos de economia regional.** Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- 16 – ROSDOWSKI, R. **La Genèse du capichez Marx.** Paris, Maspero, 1976.
- 17 – TOLOSA, H. **Macroeconomia da urbanização brasileira. Pesquisa e planejamento econômico.** Rio de Janeiro, IPEA, 3 (3), out. 1978.
- 18 – ————. **Pólos de crescimento: teoria e política econômica. Pesquisa e planejamento econômico,** Rio de Janeiro, 3 (3), out. 1978.

Abstract: More than half of the Brazilian population may be considered urban population, concentrating in particular in metropolitan gatherings. This urbanization process intensified itself above all, from the 30's of this century a period which corresponds to the affirmation of the industrial sector, as a motive force for the accumulation of the capital in the country. The transfer of population from the interior to the cities, does not only constitute the result of an individual decision taken due to seeking an urban "modernity" which would present larger attractives than a probable "backwardness" represented by the life in the fields. This aspect is true mainly in the regions of the so-called "Third World" where the access to the "modernity" symbolized by the city, is more formal than real. If urbanization represents the first and essential rupture of "pre-capitalist forms of work, it also means the necessary condition to the interiorization of its production, that is, the domination on capitalist bases for the determination of its value. The consolidation of the social capitalist relation modifies the exploitation without curbing it. This is the transformation that sometimes escapes the individual perception, but that it contains the germs of its contrary: the urbanization of the population, its transformation into working power is also the process of formation and consolidation of the proletariat. The different entering to the urban society, the implications and consequences of these initial differences make part of problematic concerning the urban phenomenon. Considering the Brazilian case, that entrance depends on industrialization character that has conditioned the country's urbanization.